Avaliação do Grau de Satisfação dos Professores de Matemática do Estado do Rio de Janeiro com o Curso de Formação Continuada Oferecido Pela Fundação CECIERJ¹: um estudo piloto

- Angela Carrancho da Silva
- ▶ Elizabeth Ramalho Soares Bastos **
- ▶ Carmen Granja da Silva Rodrigues ***
- ▶ Regina C. da Silva ****
- Ana Maria Feydit Brito *****

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados de um estudo avaliativo centrado no usuário sobre o grau de satisfação dos professores cursistas realizado em um curso de formação continuada oferecido pela Fundação CECIERJ em parceria com a SEEDUC/RJ para professores de Matemática da rede estadual de educação do Estado do Rio de Janeiro. O projeto de avaliação emancipatória foi desenvolvido pela diretoria de extensão da Fundação CECIERJ e abordou as seguintes categorias avaliativas: organização didático-pedagógica; mediação pedagógica (tutoria); material didático; o ambiente virtual (AVA); interatividade e avaliação. Para este estudo são apresentados apenas os resultados referentes aos professores de Matemática, embora o programa tenha como foco, também, os professores de Língua Portuguesa da rede.

Palavras-chave: Formação continuada. Educação em rede. Avaliação. Avaliação emancipatória.

CECIERJ – Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Doutorado em Educação Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP; Professora Adjunta, Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ; Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Avaliação da Fundação Cesgranrio. E-Mail: angelacarrancho@globo.com.

Doutorado em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ; Coordenadora da área de Informática Educativa da Diretoria de Extensão da Fundação CECIERJ/Consorcio CEDERJ. E-mail: bethbastos@cederj.rj.gov.br.

^{***} Mestrado Profissional em Avaliação, Fundação Cesgranrio; Docente da Área de Informática Educativa, Fundação CECIERJ/ SEEDUC- RJ. E-mail: cgranja@gmail.com.

Mestrado Psicologia Social – UGF; Professora Titular, Faculdade de Educação-UERJ; Coordenadora da Disciplina de Consórcio CEDERJ e Participante da equipe de Avaliação do Programa de extensão da Fundação CECIERJ. E-mail: reguerj@globo.com.

^{*****} Mestranda em Avaliação, Fundação Cesgranrio; Consórcio Brasileiro de Acreditação – CBA. E-mail: anafeydit@gmail.com.

Evaluation of the Degree of Satisfaction of Math teachers of the State of Rio de Janeiro with the Continuous Training Course offered by the CECIERJ Foundation: a pilot study

Abstract

This study presents the results of a user-centered evaluation on the degree of Mathematics teachers' satisfaction held in a continuous training course offered by the CECIERJ Foundation in partnership with SEEDUC / RJ in the education network of the State of Rio de Janeiro. This study is part of an emancipator evaluation project developed by the CECIERJ Foundation's extension board and addressed the following evaluation categories: didactic-pedagogic (tutoring); didactic material; virtual environment (VLE), interactivity and assessment. This study only employed the results regarding mathematics teachers, although the program also focuses on the portuguese teachers network.

Keywords: Continuous training. Education network. Evaluation. Emancipatory Evaluation.

Evaluación del Grado de Satisfacción de los Profesores de Matemáticas del Estado de Río de Janeiro con el Curso de Formación Continua Ofrecido por la Fundación CECIERJ: un estudio piloto

Resumen

Este estudio presenta los resultados de un estudio de evaluación centrado en el usuario en el grado de satisfacción de los profesores participantes se mantienen en un curso de educación continua ofrecida por la Fundación en colaboración con CECIERJ SEEDUC / RJ para profesores de matemáticas de la situación educativa del Estado de Río de Janeiro. La evaluación es parte de un comité de evaluación del proyecto emancipador desarrollado por Extension Foundation CECIERJ y se dirigió a las categorías de evaluación: didáctico-pedagógico, intervención pedagógica (tutoría); cursos, el medio ambiente virtual (VLE), la interactividad y la evaluación. Para este estudio sólo se presentan los resultados para los profesores de matemáticas, aunque el programa se ha centrado también los profesores de la red portuguesa.

Palabras clave: Educación Continua. Red de Educación. Evaluación. La evaluación crítica.

Introdução

Princípios norteadores da avaliação

O presente artigo traz a tona os resultados de uma avaliação desenvolvida em uma parceria estabelecida entre o Mestrado Profissional em Avaliação da Fundação Cesgranrio e a equipe de avaliação da Fundação CECIERJ. É importante frisar que embora pesquisa e avaliação muitas vezes se confundam e sejam, da mesma forma confundidas, as duas coexistem, mas não são a mesma coisa, como pode ser ratificado, através da seguinte fala de alguns estudiosos da avaliação.

A pesquisa busca generalizar, a avaliação é ad hoc (aqui e agora); o pesquisador é um indivíduo intrigado, o avaliador um indivíduo preocupado; a pesquisa coloca ênfase nas variáveis, a avaliação em valores; a pesquisa busca estabelecer relações, a avaliação busca julgar; a pesquisa termina concluindo, a avaliação termina recomendando; a pesquisa descobre o mundo, a avaliação melhora o mundo (Worthen and Sanders, 2004; Cronbach, 1963).

Também com o objetivo de tecer considerações sobre as convergências e divergências no campo da pesquisa e da avaliação, Penna Firme (2012) afirma que

Apesar das diferenças nos seus propósitos, avaliação e pesquisa são frequentemente confundidas. Vale enfatizar que ambas são processos em que se recorre à investigação sistemática, embora para fins diferentes. A avaliação se destina a julgar o valor de algo em determinados contextos; a pesquisa se destina ao estudo de fenômenos e das relações entre variáveis relevantes a esses fenômenos. Assim, os dois processos se assemelham tendo a metodologia sistemática, como ferramenta, mas diferem entre si enquanto finalidades ou propósitos. Essa sobreposição da metodologia entre os dois processos pode gerar confusão de identidade entre os dois, quando vistos como desligados de seus fins. Tais distorções podem gerar graves consequências tanto para o pesquisador como para o avaliador. Um profissional que conduza uma avaliação dentro de um marco conceitual de pesquisa pode chegar a resultados inúteis. E vice-versa, conduzir uma pesquisa com a expectativa de poder formular juízos de valor, pode representar uma atitude tendenciosa e pouco confiável. (p.2)

A partir da visão dos autores citados sobre pesquisa e avaliação, é fundamental que o profissional que transite nas duas áreas saiba distinguir uma da outra, distinção essa que, como afirma Penna Firme (2012) trará benefícios "para os que atuam na prática, os que estudam a prática e os que decidem sobre a prática, distinguir a pesquisa e a avaliação, o que vai gerar benefícios para os que atuam na prática, os que estudam a prática e os que decidem sobre a prática".(p.62).

A busca a literatura especializada revela que a pesquisa e a avaliação têm convivido e até mesmo dividido espaços no campo acadêmico. Entretanto, a avaliação, principalmente no Brasil, é ainda pouco sistematizada e, em algumas áreas, inclusive repelida, possivelmente em função dos usos que têm sido feitos dos seus resultados. Ainda no campo do espaço de convivência, é importante destacar que normalmente os pesquisadores apoiam suas pesquisas em seus campos de conhecimento, ou seja, em sua área disciplinar, embora seu foco possa ser expandido para outras áreas, essa ação depende única e exclusivamente da autonomia do pesquisador. Já no campo da avaliação, o avaliador precisa expandir seu campo em busca de uma ampla gama de diferentes concepções para responder suas questões avaliativas que, por sua vez, têm origem nos interesses do público cliente. Sob esta ótica, a avaliação não possui a mesma autonomia que o pesquisador na determinação da área disciplinar de referência. Por esta razão é importante que o avaliador seja exposto a uma variedade de metodologias e técnicas aplicáveis para solucionar as questões avaliativas levantadas para a avaliação. Penna Firme (2012, p.66) afirma que "o avaliador tem o seu foco de trabalho no desenvolvimento de metodologias avaliativas para a solução de problemas em diferentes áreas de conhecimento uma vez que a avaliação não possui um corpo teórico determinado como na pesquisa. Na mesma direção da autora, é possível verificar no documento elaborado pelo Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (1994) sobre as competências do avaliador que esse profissional deve está preocupado com a grande variedade de métodos e técnicas apropriadas a cada situação, para chegar à descoberta da realidade sobre a qual deverá formular juízos de valor, em sintonia com os standards de utilidade, viabilidade, ética e precisão.

Embora este não seja um artigo sobre as diferenças e semelhanças entre a pesquisa e a avaliação, é importante destacar alguns aspectos que aproximam e afastam os dois campos para que o leitor tenha a clareza necessária para saber que esse é o fruto de uma avaliação e não de uma pesquisa, por isso a ausência de um referencial teórico que fundamente a ação. Por outro lado, como demanda toda avaliação, foi criada uma metodologia avaliativa especialmente para o objeto em foco, isto é, o curso de formação continuada para professores de matemática da rede Estadual do Rio de Janeiro, SEEDUC/RJ, oferecido pela Fundação CECIERJ.

A Prática em Avaliação

A Fundação Cesgranrio possui mais de três décadas de existência e já consolidou larga experiência no campo da Avaliação, abrangendo desde a realização de Exames Vestibulares e de Concursos Públicos até a elaboração e realização de projetos de avaliação de sistemas educacionais, de instituições e programas em diversas áreas como educação, saúde, desenvolvimento social e empresarial. Toda essa experiência acumulada, além da competência de seu corpo técnico, possibilitou a criação do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação, com característica multidisciplinar.O principal objetivo é formar profissionais de Avaliação capazes de planejar, conduzir, relatar e utilizar a avaliação de sistemas, de programas, de instituições e de materiais. O Curso pretende formar avaliadores atualizados quanto aos avanços teóricos, metodológicos e práticos da área, desenvolvendo as competências necessárias para a atuação profissional.

A estrutura curricular do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação reflete a multidisciplinaridade. O núcleo comum é composto por 4 disciplinas obrigatórias que dão ao mestrando o embasamento para planejar, desenvolver e relatar avaliações ou estudos avaliativos. As disciplinas eletivas por serem de livre escolha dos mestrandos têm sua oferta na dependência das necessidades de aprofundamento de grupos de mestrandos de cada turma. O mestrando deve cursar 3 disciplinas eletivas. Dentro do que é denominado Seminário, encontra-se a Prática de Avaliação que é obrigatória. Por meio dela os mestrandos têm a vivência do processo avaliativo, em suas diferentes etapas, familiarizando-se com os procedimentos necessários à condução de avaliações. Além disso, os mestrandos devem cursar o Seminário de Orientação de Projeto de Avaliação pelo menos por 2 quadrimestres.

A estrutura curricular do Mestrado Profissional proporcionou a parceria entre a Fundação Cesgranrio e a Fundação CECIERJ, uma vez que uma das autoras do artigo, além de pesquisadora da Fundação Cesgranrio é também Bolsista da Fundação CECIERJ para coordenar a equipe de avaliação da Extensão.

A Prática que abrigou essa avaliação é Avaliação da Formação Continuada em Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Os mestrandos escolhem a prática de acordo com seu foco de interesse. Nessa avaliação, uma das autoras é egressa do Mestrado da Fundação Cesgranrio, outra é mestranda, as demais autoras compõem a equipe de

Avaliação da Fundação e a Doutora Elizabeth Bastos é Diretora da Extensão da Fundação, e, portanto, a maior interessada nos resultados dessa avaliação que além de ter tido toda uma metodologia especialmente desenhada, teve todos os seus instrumentos elaborados, a partir de referencial teórico pertinente, e devidamente validados por especialistas da área. Importante frisar que embora esse estudo seja fruto de um trabalho de Mestrado, ele é também e primordialmente fruto de uma avaliação encomendada, como propõem as atuais diretrizes para programas de Mestrado Profissional, ou seja, a estreita relação entre ação acadêmica e o mundo do trabalho.

Fundação CECIERJ / Extensão - O Cenário da Avaliação

Formação Continuada de Professores da rede estadual de ensino

A formação continuada se constitui numa estratégia que tem por objetivo manter o professor atualizado frente às urgências do mundo contemporâneo, em busca da qualidade do ensino que garanta a inserção do aluno como cidadão na sociedade da informação e do conhecimento. A formação continuada se torna fundamental, como política pública, no sentido de incentivar o docente ao hábito da pesquisa, da reflexão sobre sua prática pedagógica e do desenvolvimento de uma identidade profissional. Existem aspectos convergentes entre a literatura nacional e a internacional sobre o conceito de formação continuada do profissional da educação, articulada à formação inicial como direito e não como suplência e garantida como política educacional. Autores como Nóvoa (1992) e Arroyo (1989), referenciados pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOP) defendem essa concepção de educação continuada da seguinte forma:

A formação de professores deve constituir-se num processo de educação continuada, de responsabilidade do indivíduo, do Estado e da sociedade. Essa continuidade do processo de formação de professores deve ser assumida pelos dois sistemas de ensino — estatal e particular —, assegurando através de recursos próprios as estruturas necessárias para sua viabilidade e vinculando esta formação aos planos de carreira (CONARCFE, 1994, p. 23).

A natureza complexa da educação formal tem no processo ensino-aprendizagem um grande desafio. Portanto, a formação continuada, como projeto de políticas públicas em educação, abre espaço para o professor enriquecer suas práticas pedagógicas, a

partir da atualização de seus conhecimentos e compartilhamento com seus pares, e desenvolver uma mentalidade crítica sobre sua profissão. Neste sentido, a equipe da Diretoria de Extensão da Fundação CECIERJ—SECT - atua na formação continuada em rede para profissionais da educação do Estado do RJ, com atenção especial ao processo de atualização de professores do ensino básico, oferecendo, desde 2000, cursos de atualização e aperfeiçoamento e ampliando a oferta de vagas em cursos de graduação e pós-graduação no Estado do Rio de Janeiro.

A SEEDUC e a Fundação CECIERJ, a partir da implementação do Currículo Mínimo pela SEEDUC, elaboraram, em parceria, um programa de formação continuada para os professores que contempla as demandas do Currículo Mínimo no cotidiano da sala de aula, através de diferentes ações, entre elas a elaboração de Planos de Trabalho com a finalidade de exercitar e incentivar a autonomia e a crítica da prática pedagógica do professor. Durante o processo foi definida uma carga horária de 160 horas, correspondendo a um Certificado de Aperfeiçoamento. Aliando a credibilidade, a experiência e a perícia das Universidades do Consórcio CEDERJ, a proposta caminhou para que elas fornecessem mais 200 horas, valorizando o professor cursista com um Certificado de Pós-graduação Lato Sensu emitido por instituições federais e estaduais de educação.

O curso privilegiou os recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), utilizando a plataforma MOODLE, redes sociais e tutoria virtual. Além dos recursos da TIC, a formação também contou com encontros presenciais, oferecendo um módulo de acolhimento. O curso de formação continuada tem por objetivo proporcionar ao professor/cursista a ampliação dos conhecimentos teóricos a partir do currículo mínimo de cada disciplina e a contribuição efetiva para mudanças em sua prática pedagógica que resultem na qualidade do processo ensino-aprendizagem e das relações sociais no espaço escolar.

1. Público Alvo, Beneficiários e Grau de Cobertura

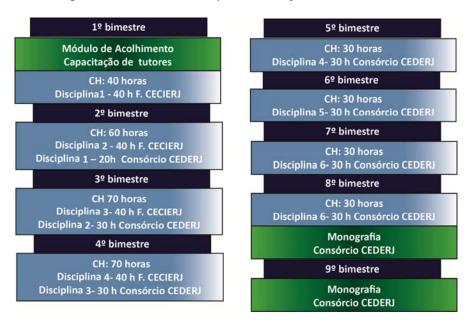
A primeira etapa da formação contemplou os professores de Língua Portuguesa e de Matemática do 9º ano do Ensino Fundamental e 1a série do Ensino Médio;

totalizando, aproximadamente, 3.700 professores cursistas. Os cursos foram ministrados na modalidade semipresencial, cobrindo todo o Estado do Rio de Janeiro.

1.1. Metodologia Utilizada

Os professores cursistas de Língua Portuguesa e Matemática foram recebidos no módulo de acolhimento, em seguida cursaram as disciplinas correspondentes ao curso de Aperfeiçoamento. A figura 1 mostra a dinâmica dos cursos oferecidos.

Figura 1: Dinâmica do Curso de Pós-graduação Lato Sensu a ser ministrado nas áreas de Português e de Matemática pela Fundação CECIERJ - Consórcio CEDERJ.



O professor cursista que completar a carga horária de 180 horas, tendo cumprido as 160 horas em disciplinas de acompanhamento do Currículo Mínimo, poderá requerer o Certificado de Aperfeiçoamento emitido pela Fundação CECIERJ e uma das universidades consorciadas. Caso cumpra 360 horas e prepare a monografia, terá o Certificado de Especialista emitido por uma das universidades consorciadas. A monografia versará sobre o processo de ensino e aprendizagem vivenciado pelo professor com seus alunos. Além de recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação o curso também contou com encontros presenciais, englobando um conjunto de diferentes atividades, reuniões pedagógicas, trocas com os pares, enfim, um conjunto de elementos que ofereceram ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas para o aprimoramento profissional.

O projeto foi dividido nas seguintes etapas: a) Módulo de Acolhimento ministrado pela Fundação CECIERJ; b) curso de Aperfeiçoamento em Ensino de Língua Portuguesa/Literatura e Curso de Aperfeiçoamento em Ensino de Matemática ministrados em conjunto pela Fundação CECIERJ e pelas Universidades do Consórcio CEDERJ; e c) Curso de Especialização para as duas disciplinas.

2. Módulo de Acolhimento

Neste módulo o professor/cursista teve a oportunidade de conhecer o seu ambiente virtual de aprendizagem — MOODLE - e aprender a utilizar as ferramentas necessárias para o seu melhor desempenho durante o curso: estabelecer o seu perfil, constituir grupos de estudo, trabalhar com *downloads* e *uploads* de arquivos, participar de fóruns e utilizar ferramentas síncronas de mediação *online*. O professor conectou-se ao Portal Conexão Professor da SEEDUC, onde encontrou a sua Sala de Aula Virtual e os seus colegas de formação continuada.

2.1. As disciplinas de 40 horas em Língua Portuguesa/Literatura e em Matemática ministrados pela Fundação CECIERJ

Foram oferecidas 4 disciplinas de 40 horas em Língua Portuguesa/Literatura e em Ensino de Matemática, na modalidade semipresencial, nos primeiros quatro bimestres, simultaneamente com as quatro disciplinas de 30 horas de cada área oferecidas pelas Universidades. Os Currículos do 9º ano do Ensino Fundamental e 1º série do Ensino Médio serviram de base para a formatação destas disciplinas de 40 horas, que foram precedidos pelo módulo de acolhimento.

Durante a primeira etapa do curso, o professor foi acompanhado através de uma rede de discussão, onde foi convidado a refletir sobre os desafios do ensino e da aprendizagem do módulo estudado bem como o plano de trabalho sugerido. Nesta etapa o professor teve à sua disposição estudos de caso em gestão de sala de aula, para que ele pudesse aumentar a sua capacidade de aplicar conhecimentos e dominá-los na execução de atividades em sala de aula. Em seguida, o professor foi convidado a ministrar, em sala de aula, o conteúdo modular, sempre integrado a uma rede de discussão para o compartilhamento da prática pedagógica. Finalizando, o professor

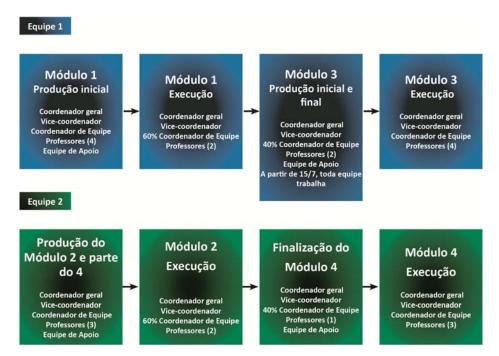
realizou uma avaliação da aplicação desta metodologia em sala de aula, propondo as modificações/inclusões necessárias para que futuramente seja disponibilizado em um banco de objetos educacionais.

A proposta de confecção do material didático foi estruturada na pesquisa e avaliação de materiais didáticos disponíveis em sítios qualificados, tais http://portaldoprofessor.mec.gov.br, http://www.cienciamao.usp.br/, http://www.diaadia.pr.gov.br, http://webeduc.mec.gov.br, http://crv.educacao.mg.gov.br, www.ccead.puc-rio.br/, http://www.educacaopublica.rj.gov.br/, http://teca.cecierj.edu.br. Para cada módulo, após a escolha dos materiais didáticos (conteúdos e objetos educacionais), as equipes de Língua Portuguesa/Literatura e de Matemática prepararam as orientações pedagógicas e o plano de trabalho. Eles foram elaborados segundo especificações a seguir: i)roteiros com conteúdos e objetos educacionais ofertados com níveis relacionados ao conteúdo/prática, sem hierarquizar o conhecimento, pois a apresentação de complexidade será horizontal (estes roteiros poderão ser utilizados na formação do professor cursista); ii) roteiros com conteúdos e objetos educacionais mais flexíveis, atendendo especificidades do professor, da escola ou o nível de conhecimento dos alunos (eles poderão ser utilizados para ministrar o conteúdo das aulas); iii)roteiros com conteúdos e objetos educacionais ofertados com níveis relacionados ao conteúdo/prática, sem hierarquizar o conhecimento, pois a complexidade será horizontal (esses roteiros poderão ser utilizados para avaliação do processo de aprendizagem do professor-cursista e do seu aluno).

Esta metodologia implicou na preparação e aplicação dos módulos de Língua Portuguesa/Literatura e de Matemática para duas séries de ensino da rede estadual em duas áreas. Para vencer o desafio de preparar em tempo o material didático e oferecer a necessária competência para ministrar as disciplinas foram compostas duas equipes para cada série em cada área do conhecimento (Figura 2): i) a equipe 1 ficou responsável pela preparação dos módulos/disciplinas 1 e 3: material didático para preenchimento das lacunas de conhecimento, capacitação em conteúdo e preparação do plano de trabalho. Ela foi constituída pelos coordenadores, 4 professores, 72 tutores e equipe de apoio. A equipe de apoio é formada por profissionais do Departamento de Mídias Digitais da fundação e é responsável pela pesquisa de materiais didáticos em

sítios reconhecidamente credenciados; ii) a equipe 2 é responsável pela preparação dos módulos/disciplinas 2 e 4, com as mesmas tarefas descritas acima. Ela também é constituída pelos coordenadores, 3 professores, 72 tutores e equipe de apoio.

Figura 2: Fluxo de produção de material didático e sua execução em sala de aula por duas Equipes da Fundação CECIERJ responsáveis pela preparação de 4 módulos para uma área do conhecimento e para uma série.



Ao longo de cada ciclo, foi oferecido ao professor/cursista conteúdo, estratégias didáticas e práticas de avaliação ao fim um Plano de Trabalho que guiou sua atuação em sala de aula. Esse plano foi avaliado pelo mediador pedagógico, que fez sugestões para seu aprimoramento; a seguir o professor aplicou o seu Plano de Trabalho acompanhado de perto pelo mediador pedagógico, por meio de dois fóruns regulares onde foi motivado a trocar experiências com os colegas de curso. Ao final do período de execução de cada plano, o professor foi convidado a reenviar o seu Plano de Trabalho aprimorado, a partir de uma reflexão sobre a experiência desenvolvida junto aos alunos. Esse plano reformulado, para avaliação final e aprovação, foi assumido como um material didático de qualidade, que deverá ser compartilhado com todos os professores da rede num Banco de Materiais que funcionará como um repositório público.

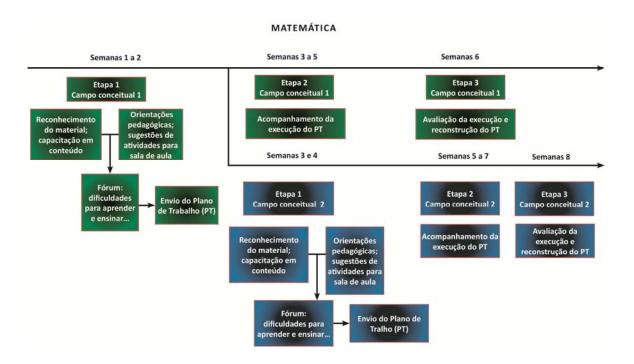
2.2. Disciplinas de 40 horas em Matemática ministradas pela Fundação CECIERJ

O Currículo Mínimo de Matemática está dividido em quatro campos conceituais, a saber: numérico aritmético, algébrico simbólico, geométrico e da informação. Anteriormente cada campo conceitual era destinado a um bimestre do ano letivo, o que fomentava, ainda que de modo indireto, a falta de percepção da articulação entre eles.

Na proposta curricular estadual, divulgada em fevereiro de 2012, os conteúdos dos campos conceituais estão dispersos ao longo de todo ano letivo, de maneira que, em cada bimestre, dois deles serão trabalhados de maneira sequencial e articulada. Nas raras ocasiões em que ocorre um terceiro campo conceitual no bimestre, este reflete uma articulação direta entre os dois primeiros, como uma aplicação.

A metodologia de trabalho foi desenvolvida de maneira a respeitar a ordem cronológica do Currículo Mínimo e o calendário letivo de 2011/2012, estabelecendo um paralelo entre o curso de formação continuada do professor e a sua prática em sala de aula. A Figura 3 ilustra o trabalho com dois campos conceituais em um bimestre. O professor foi capacitado em conteúdo, estratégias didáticas e práticas de avaliação ao longo das duas primeiras semanas de trabalho com cada campo, e, ao fim dessas duas semanas, apresentou seu plano de trabalho para aplicação dos conteúdos em sala de aula. Esse plano foi avaliado pelo mediador pedagógico que fez sugestões para sua execução. Nas duas ou três semanas seguintes, de acordo com o conteúdo (na figura foi suposto o tempo de execução de três semanas), o professor aplicou o plano de trabalho, e foi acompanhado de perto pelo mediador pedagógico, por meio de um fórum em que pode trocar experiências com os colegas de curso. Ao final do período de execução do plano, o professor foi convidado a reavaliá-lo com base nos sucessos e/ou insucessos que tenha experimentado em sua prática. Essa reflexão ocorreu com o apoio do mediador, e, então, o professor enviou seu plano reformulado que foi disponibilizado para todos os professores da rede. Esse processo é cíclico, e o trabalho com dois campos foi realizado, no curso de formação continuada, de modo paralelo, a partir do fim da primeira etapa do primeiro campo conceitual.

Figura 3: Metodologia do Curso de Formação Continuada em Matemática.



Para que não ocorresse um momento de interseção entre o trabalho com três campos conceituais, foi prevista uma semana de pausa nas atividades virtuais, em que ocorreram encontros presenciais para consolidação do trabalho e desenvolvimento de atividades específicas, como oficinas de análise de erros, desenvolvimento de material didático, elaboração e avaliação de itens etc.

2.3. Mediação: Tutoria em rede das áreas de Matemática ministradas pela Fundação CECIERJ

A modalidade de tutoria foi *online* e, no processo de seleção para tutores, foi dada prioridade aos professores Mestres da rede estadual de ensino e dos Colégios de Aplicação. A carga horária semanal foi de 20 horas e a relação tutor/aluno foi de 1/30. Para atender adequadamente à demanda do projeto, foi necessária uma sólida capacitação do tutor na prática quotidiana de sala aula do professor/cursista e no Currículo Mínimo proposto pela SEEDUC. A capacitação foi efetuada em dois momentos: uma capacitação inicial com duração prevista de 3 semanas e uma capacitação permanente ao longo da execução do projeto. A capacitação continuada dos tutores foi realizada através de um Fórum Permanente de Tutores, com lançamento de tópicos sobre as dificuldades/soluções encontradas durante a prática da mediação/tutoria, discussão sobre os conteúdos do Currículo Mínimo que foram ministrados ao longo do

139

projeto e textos selecionados sobre pedagogia, ensino a distância e tutoria. Foram também realizados encontros presenciais, com datas definidas pelas coordenações de área e de tutoria para o encaminhamento dos trabalhos.

2.4. Plano de Avaliação do Nível de Satisfação dos Professores/Cursistas

A prática sistemática da Avaliação Emancipatória contribui para o desenvolvimento da capacidade do sujeito de participar, com autonomia, em sua sociedade. Destacam-se, como princípios orientadores deste Plano de Avaliação, o caráter participativo e inclusivo do processo avaliativo que compreende a Avaliação como uma ferramenta auxiliar da aprendizagem para todos os integrantes do processo, seguindo o modelo de etapas de planejamento, execução e análise/divulgação dos resultados da avaliação. É importante destacar que os processos avaliativos devem apresentar uma abordagem pluralista, que envolva aspectos qualitativos e quantitativos, centrados nas relações entre a ação e a lógica dos atores.

Portanto, o Plano de Avaliação propõe um diálogo aberto com os Coordenadores de cada Disciplina, assim como a escuta dos cursistas, com a finalidade de acompanhar a satisfação do professor durante todo o processo de implementação dos cursos e, a partir do retorno das avaliações, propor ações que garantam a adequação do trabalho de formação continuada oferecido pela Fundação CECIERJ à realidade dos professores/cursistas da SEEDUC/RJ.

2.5. Avaliação – rumo à emancipação

A avaliação é uma atividade que faz parte do nosso cotidiano. Pensar em avaliação sempre remete a fazer escolhas que envolvem de maneira mais formal ou informal critérios, metodologias e planejamentos.

A escolha deste ou daquele caminho é sempre inspirada tanto pelo objeto a ser avaliado quanto pelas concepções do avaliador e de suas equipes em consonância com as audiências. No campo da educação, Saul (1988), ancorada em autores como Freire (1967, 1997), Adorno (1971), Piaget (1973), Foucault (1977) e Habermas (1990), define a avaliação emancipatória como

um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso social desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua própria história e gerem as suas próprias alternativas de ação (SAUL, 1988, p. 61).

Saul (1995) fundamenta a avaliação emancipatória em três correntes teóricometodológicas; a primeira se caracteriza como "Avaliação democrática"; a segunda é a "Critica institucional e criação coletiva" e a terceira é a "Pesquisa participante".

De acordo com a autora (1995), a avaliação emancipatória possui dois objetivos básicos: iluminar o caminho da transformação e contribuir para a autodeterminação do público interessado em seus resultados.

O primeiro objetivo indica o comprometimento dessa avaliação com o futuro à medida que busca a transformação a partir do autoconhecimento e da crítica da realidade. O segundo objetivo esclarece que, através da consciência crítica, o homem imprime uma direção às suas ações nos contextos em que se situa de acordo com valores que elege e com os quais se compromete. O sujeito submetido à avaliação emancipatória é capaz de participação e de construção em sua sociedade num processo com mais autonomia.

Freire (1995) se aproxima da visão de Saul ao afirmar que a avaliação é emancipatória por situar o ser humano como historicamente constituído e, justamente por isso, passível de reconstrução e transformação, principalmente, quando mediada pelo diálogo. No que diz respeito às características fundamentais do avaliador na perspectiva emancipatória, Saul (1995, p. 62-63) afirma que

a experiência nas áreas de pesquisa e avaliação, particularmente em avaliações de estilo qualitativo e participante, é requisito necessário ao avaliador que se propõe a conduzir avaliações no paradigma da avaliação emancipatória. A par dessa experiência, é necessário que ele reúna habilidades de relacionamento interpessoal, uma vez que a proposta enfatiza, em todos os seus momentos, o trabalho coletivo.

Ainda com relação à avaliação e ao papel do avaliador, Penna Firme (1994, p. 6) enfatiza que

o momento é mais para inovar em avaliação do que reproduzir tradicionais modelos, (...) é nessa perspectiva que se faz necessário, entre os estudiosos e interessados da avaliação, o exercício pleno da capacidade crítica, porque tendências, que são avanços, e tendenciosidades, que são retrocessos, convivem na teoria e, sobretudo, na prática.

Em função das características apresentadas por Saul (1995) para essa proposta de avaliação, cujos conceitos básicos são a emancipação, a decisão democrática, a transformação em consonância com os compromissos sociais e a crítica educativa, esta coordenação de avaliação optou por elaborar uma metodologia avaliativa que contemplasse os pressupostos de uma avaliação emancipatória. A avaliação do nível de satisfação dos professores/cursistas de Matemática com os cursos de Formação Continuada da Fundação CECIERJ se constitui num estudo avaliativo piloto que faz parte da primeira etapa do processo avaliativo. É importante destacar que neste estudo o conceito de satisfação refere-se aos termos da expectativa e da percepção que os professores/cursistas tiveram dos serviços recebidos. Deste modo, este estudo avaliou apenas a percepção que os cursistas tiveram sobre o curso oferecido. A opção por esta abordagem avaliativa justifica-se na medida em que a opinião do cursista, ou seja, do professor capacitado, concursado e autorizado para o cargo que ocupa, é de absoluta importância para legitimação da qualidade da formação continuada oferecida pela Fundação CECIERJ.

2.5.1. Da abordagem avaliativa

Como já destacado anteriormente, ao se examinar a literatura, observa-se que as definições de avaliação são diversificadas, refletindo as diferentes concepções dos autores. Dentre as possíveis concepções, tem-se que a avaliação: (a) visa verificar se objetivos estabelecidos foram alcançados (TYLER apud VIANNA, 2000); (b) é uma determinação de valor ou mérito (SCRIVEN, 1967); (c) serve para auxiliar a tomada de decisão (STUFFLEBEAM, 1981); e (d) contribui para promover a melhoria do objeto avaliado (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004). Para Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 38): "Avaliação é identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor (valor ou mérito), a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado em relação a esses critérios". Segundo Chianca (2001, p.16), a avaliação é

A coleta sistemática de informações sobre as ações, as características e os resultados de um programa, e a identificação, esclarecimento e aplicação de critérios, passíveis de serem defendidos publicamente, para determinar o valor (mérito e relevância), a qualidade, utilidade, efetividade ou importância do programa sendo avaliado em relação aos critérios estabelecidos, gerando recomendações para melhorar o programa e as informações para prestar contas aos públicos interno e externo ao programa do trabalho desenvolvido.

A partir das definições apresentadas, pode-se destacar que toda avaliação pressupõe os seguintes aspectos: (a) a coleta ordenada de informações importantes; (b) a definição e a implantação de parâmetros para auferir o valor, qualidade, utilidade, efetividade e relevância do programa em questão e; (c) o uso dos resultados da avaliação por meio da geração de propostas que visem aprimoramento do objeto avaliado e de informações com finalidade de prestar contas aos indivíduos e entidades interessadas. Esses aspectos diferenciam a avaliação da pesquisa avaliativa. Como afirmam CHIANCA, MARINO e SCHIESARI (2001, p, 16), enquanto a pesquisa avaliativa pretende a "geração de conhecimento, teste de teorias, estabelecimento da 'verdade' e/ou generalizações no tempo e no espaço", a avaliação está comprometida com a geração de informações que auxiliem a tomada de decisões de forma a aprimorar programas já estabelecidos e orientar o desenvolvimento de programas futuros.

Foi com o objetivo de aprimorar o curso de formação continuada oferecido pela Fundação CECIERJ, levando em conta a visão dos cursistas que o presente estudo avaliativo foi fundamentado na abordagem centrada em usuários/consumidores. O objetivo da avaliação centrada no consumidor/usuário é fundamentalmente a emissão de juízos de valor informando o mérito e/ou valor de um determinado objeto — no caso específico deste estudo, o curso em tela. A avaliação pode ser feita com vistas à melhoria (numa perspectiva formativa) ou com vistas à emissão de um juízo de valor final (numa perspectiva somativa). Dessa forma, os dados podem ser usados numa ou noutra situação, pois o que distingue a avaliação formativa da avaliação somativa não é a natureza da informação recolhida, mas sim a forma como ela será utilizada.

De acordo com Stufflebeam e Shinkfields (2007 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004), a ênfase desta abordagem está ancorada tanto nas necessidades quanto na defesa dos usuários. Os professores cursistas são os usuários efetivos do programa de formação continuada da Fundação Cecierj. O Quadro 1 apresenta, de forma esquemática, as principais características desse tipo de abordagem.

Quadro 1 - Principais características das avaliações centradas em usuários/consumidores

| Conceito | Dar informações úteis sobre o produto (curso) e seleção de serviços. | | |
|--------------------|--|--|--|
| Usos | Fornecer informações úteis aos gestores e usuários do projeto. | | |
| Principais autores | Scriven, Komoski, Morriset e Stevens. | | |
| Pontos Fortes | Ênfase nas necessidades do consumidor e preocupação com custo e benefício e utilidade. | | |
| Limitações | Alto Custo. Fechada ao debate | | |

Fonte: As autoras, adaptado de Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004).

O passo a passo

Os procedimentos metodológicos adotados neste estudo foram organizados nas seguintes etapas: análise documental; levantamento e definição das instâncias de avaliação das propostas de cursos, projetos e atividades de extensão; levantamento e definição preliminar de categorias e critérios para indicadores de avaliação de cursos e projetos de extensão, como marco referencial para a construção de instrumentos de autoavaliação institucional da Extensão; definição das categorias a serem avaliadas;

elaboração dos indicadores para cada categoria; estabelecimento dos critérios para avaliação; elaboração do instrumento para avaliação; aplicação do instrumento; coleta dos dados; organização e análise dos dados levantados; e elaboração do relatório final.

A primeira etapa para definição das categorias para avaliação do nível de satisfação do cursista com relação ao Curso oferecido pelo Programa de Extensão da Fundação CECIERJ teve origem nos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância: documento disponibilizado pelo MEC em 2007 (Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2005), no Decreto 5.773, de junho de 2006, e nas Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007). Os referidos documentos apontam para a necessidade de elaborar um projeto de curso que tenha "forte compromisso institucional em termos de garantir o processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão" (p. 7). Neste sentido, um curso na modalidade em rede deve contemplar os seguintes tópicos: i) concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; (ii) sistemas de comunicação; (iii) material didático; (iv) avaliação; (v) equipe multidisciplinar; (vi) infraestrutura de apoio; (vii) gestão acadêmico-administrativa.

2.5.2. O estudo piloto

O estudo piloto foi definido com o objetivo de refinar a metodologia e fornecer subsídios para o aperfeiçoamento dos instrumentos para os procedimentos de coleta de dados do projeto de avaliação dos cursos oferecidos.

2.5.3. As questões avaliativas

O estudo avaliativo foi norteado pelas seguintes questões:

- De acordo com a opini\u00e3o dos cursistas, os objetivos propostos pelo curso foram alcan\u00e7ados?
- 2) De que forma foi percebido pelos cursistas o acompanhamento pedagógico desenvolvido pelos professores/mediadores (tutores) durante o curso?
- 3) Qual a análise dos cursistas sobre o material didático oferecido pelo curso?
- 4) Qual a análise dos cursistas sobre a avaliação do curso?

2.5.4. Categorias e indicadores

As categorias e os indicadores contemplados no instrumento aplicado aos professores/cursistas surgiram após minuciosa análise documental, levantamento e definição das instâncias de avaliação das propostas de cursos, projetos e atividades de extensão, assim como levantamento e definição preliminar de categorias e critérios para indicadores de avaliação de cursos e projetos de extensão como marco referencial para a construção de instrumentos para avaliação.

O primeiro passo foi originado a partir das diretrizes elaboradas pelo Ministério da Educação – MEC por meio da Secretaria de Educação a para os cursos de graduação a distância. O quadro 2 contém as referidas diretrizes que fundamentaram, em parte, a concepção das categorias selecionadas para esse estudo.

Quadro 2 - Diretrizes do MEC para cursos de graduação a distância

| Integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior como um todo e para o curso específico | Infraestrutura de apoio | |
|---|--|--|
| Desenho do projeto (planejamento de programas, cursos, disciplinas, ou mesmo conteúdos oferecidos à distância) | Avaliação de qualidade contínua e abrangente | |
| Equipe profissional multidisciplinar | Convênios e parcerias | |
| Comunicação/interatividade entre professore aluno | Edital e informações sobre o curso de graduação a distância | |
| Recursos educacionais | Sustentabilidade (custos de implementação e manutenção da graduação a distância) | |

Fonte: As autoras, (2012).

Outro documento levado em consideração para a elaboração das categorias e indicadores desse estudo foi o instrumento disponibilizado pelo MEC/Inep (2012) contendo os Indicadores do Instrumento nos graus de tecnólogo de licenciatura e de bacharelado para as modalidades presencial e a distância do SINAES.

A etapa seguinte foi destinada à definição de categorias e critérios para indicadores preliminares que poderiam se constituir em marco referencial na construção dos instrumentos de avaliação, conforme quadro a seguir:

Quadro 3: Categorias e indicadores.

| Categorias | Indicadores | | | |
|----------------------------------|---|--|--|--|
| Organização didático- | O conteúdo pedagógico trabalhado no curso agregou valor à atuação profissional O curso efetivamente viabilizou a apropriação de novos conhecimentos | | | |
| pedagógica do curso | O curso ampliou a utilização de novas tecnologias no cotidiano do professor | | | |
| Mediação pedagógica (tutoria) | Frequência do atendimento pedagógico ao professor pelo professor/mediador (tutor) durante todo o período de realização do curso Disponibilidade do mediador durante o desenvolvimento do curso Clareza de raciocínio, objetividade e pertinência nas orientações do mediador em relação às questões pedagógicas surgidas durante o curso | | | |
| Material didático | Clareza nos objetivos dos blocos temáticos: unidades, módulos, aulas Respeito à ética; ao contexto cultural; às etnias; às diferenças religiosas; às questões de gênero. Estratégias pedagógicas que favoreçam a apropriação dos conteúdos teóricos e sua vinculação com a práxis profissional. Identidade visual (formatação, ícones, logomarca, cor etc.) que sirva de base para a produção de todo um conjunto de materiais Integração das diferentes linguagens de comunicação: fotografia; vídeos | | | |
| O ambiente virtual (AVA) | O AVA permite navegar com facilidade O AVA tem padrão de qualidade e está disponível 24 horas O AVA disponibiliza agenda com programação de atividades propostas para o professor/aluno | | | |
| Interatividade | Orientação sobre a estrutura da navegação para os cursistas no início do curso Relacionamento interpessoal entre os professores/-cursistas Interação entre os professores/cursistas na realização de atividades e solução de problemas Informação sobre o número de professores/mediadores disponíveis para os atendimentos requeridos pelos professores/-cursistas Informação aos professores-cursistas, desde o início do curso: nomes, horários, formas e números para contato com professores/mediadores e pessoal de apoio Suporte regular para atender às dificuldades e responder às questões técnicas e pedagógicas dos professores/cursistas Flexibilidade no atendimento ao professores/cursistas, oferecendo horários ampliados e/ou plantões Uso de modalidades comunicacionais sincrônicas, como teleconferências, chats na internet, fax, telefones, rádio para promover a interação em tempo real entre docentes e cursistas Facilitação da interação entre os professores sugerindo procedimentos e atividades, abrindo sites e espaços que incentivem a comunicação entre parceiros de curso | | | |
| Avaliação | parceiros de curso Mecanismos de aferição da efetividade do processo ensino aprendizagem. Retorno do Professor/Mediador ao cursista, de modo a contribuir para o processo ensino-aprendizagem Avaliação processual das atividades do cursista Avaliação das aprendizagens que são coerentes com os objetivos e conteúdos apresentados no curso | | | |

Fonte: As autoras, (2012).

Depois de definidas e organizadas as categorias e os indicadores, a equipe de Avaliação trabalhou para validá-los. A etapa seguinte foi destinada à organização do instrumento, que teve sua validação de conteúdo e forma aferidas por juízes/especialistas convidados. As sugestões e recomendações feitas pelos especialistas

147

foram, então, incorporadas à versão final do questionário. A versão final do instrumento encontra-se em Anexo (A) deste relatório. O questionário foi disponibilizado na rede na primeira quinzena de agosto/2012 por um período de duas semanas.

3. Os resultados

A seguir são apresentados os dados obtidos através do instrumento de avaliação aplicado aos professores/cursistas. Os questionários foram organizados de acordo com as categorias levantadas durante o estudo, com o objetivo de levantar informações para as seguintes categorias: (a) organização didático-pedagógica do curso; (b) mediação pedagógica (tutoria); (c) material didático; (d) ambiente virtual; (e) interatividade e (f) avaliação.

3.1. A fase presencial - Os respondentes

O curso de formação continuada de Matemática teve início no 3º Bimestre de 2011 com 570 professores do Ensino Fundamental e 914 do Ensino Médio matriculados, totalizando 1488 cursistas no primeiro período do curso no Módulo de Acolhimento da fase presencial. Desse total, 517 professores/cursistas responderam ao questionário proposto para a fase presencial o que representa uma amostra considerada adequada para esse tipo de estudo. Também é importante destacar que a avaliação da fase presencial só foi realizada ao final do módulo em rede, quando o número de participantes, efetivamente matriculados era menor do que no momento inicial do curso em função da reprovação e da evasão ao longo do curso.

O Gráfico 1 mostra os resultados da avaliação desta fase. De acordo com os dados coletados, mais da metade dos professores/cursistas (326 respondentes) informou que o programa estabelecido foi cumprido. Entretanto, foi possível detectar uma incongruência de opiniões com relação à etapa presencial do curso, pois apenas 42% dos cursistas afirmou que esta etapa do curso atingiu aos objetivos propostos. Quanto ao material didático, mais da metade dos professores/cursistas (305) o considerou adequado às necessidades dos participantes do curso. 59% dos professores/cursistas consideraram adequados os recursos utilizados durante o módulo de acolhimento.

Uma questão importante, detectada através da análise dos dados, está ligada à adequação das instalações físicas das escolas indicadas para polos do módulo de acolhimento (fase presencial), 51% dos professores afirmaram que as instalações não atenderam às necessidades dos participantes. Um dos pontos interessantes da fase presencial, apontado pelos cursistas, foi a possibilidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos no módulo presencial no cotidiano profissional de cada professor. A resposta a este indicador foi dada por 285 professores, enquanto 138 dos 517 respondentes afirmaram que acreditam ser possível integrar os conhecimentos adquiridos no módulo presencial de forma parcial em suas práticas pedagógicas cotidianas.

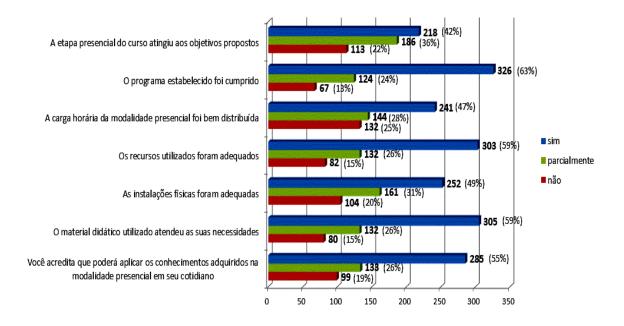


Grafico 1: Avaliação da Fase Presencial do Curso de Matemática (517 respondentes).

3.2. A fase em rede

A. Os respondentes

Do universo de 1.488 professores/cursistas, matriculados no primeiro período letivo que foi iniciado no 3º Bimestre de 2011, 888 cursistas participaram da avaliação do curso que ocorreu no último período letivo no 2º Bimestre de 2012.

A evolução do quadro de cursistas matriculados, aprovados, reprovados e evadidos em cada período é mostrada nas tabelas 1 e 2.

9º Ensino Fundamental **Bimestre** Matriculados **Aprovados** Reprovados **Evadidos** 3º - 2011 570 570 0 0 **4º - 2011** 570 402 143 25 19 - 2012 392 343 26 23 29 - 2012 343 281 37 25

Tabela 1: Fluxo de Matrículas – Matemática.

Tabela 2: Fluxo de Matrículas – Matemática.

| Bimestre | 1º Série Ensino Médio | | | | | |
|-----------|-----------------------|-----------|------------|----------|--|--|
| | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | | |
| 3º - 2011 | 918 | 914 | 0 | 4 | | |
| 4º - 2011 | 914 | 595 | 265 | 54 | | |
| 1º - 2012 | 605 | 525 | 44 | 36 | | |
| 2º - 2012 | 525 | 403 | 63 | 59 | | |

B. Organização didático-pedagógica do curso

Para a categoria Organização Didático-Pedagógica do curso, foram elaborados cinco indicadores. A análise dos resultados revela que a maior parte dos respondentes da avaliação afirmou que a organização didático-pedagógica do curso atendeu às suas expectativas. 721 dos 888 professores/cursistas afirmaram que desenvolveram práticas pedagógicas a partir das atividades propostas no material didático. 843, ou seja, 95% dos professores garantiram ter aprendido algo novo durante o curso. 709 professores afirmaram que perceberam melhora significativa no processo ensino-aprendizagem durante a aplicação dos planos de trabalho e que seus alunos apresentaram resultados dentro ou acima do esperado. Os dados coletados são um forte indicador de êxito em relação à organização didático pedagógica do curso de Matemática que atendeu plenamente às expectativas dos cursistas, como é revelado no Gráfico 2.

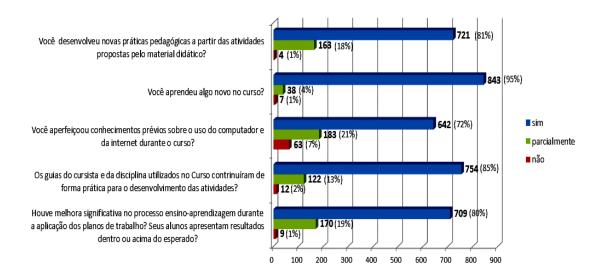


Gráfico 2: Organização didático-pedagógica do curso (888 respondentes).

C. A mediação pedagógica

Com relação ao acompanhamento pedagógico, atividade habitualmente conhecida como tutoria, os professores/cursistas responderam de forma muito positiva aos dez indicadores que compunham a categoria. 862 dos 888 professores/cursistas afirmaram que o professor mediador (tutor) promoveu debates amigáveis e construtivos. Os cursistas se sentiram valorizados pelos professores/mediadores e foram unânimes em apontar a objetividade das mediações pedagógicas. Para 96% dos professores/cursistas, os professores/mediadores (tutores) possuem capacidade de análise e síntese e encorajaram os professores/cursistas a participarem e desenvolverem autonomia no processo ensino aprendizagem. 91% dos professores/cursistas afirmaram que suas dúvidas foram totalmente respondidas no Forum "Fale com seu Tutor". Também para 90% dos professores/cursistas, a ação de mediação contribuiu para a diminuição do sentimento de isolamento que pode ocorrer nos cursos oferecidos na modalidade em rede. A prontidão das respostas foi um indicador elogiado por 86% dos professores/cursistas que afirmaram ter suas questões respondidas num prazo inferior a 24 horas. Por todos os indicadores aqui apresentados e em função de uma análise detalhada do Gráfico 3, é possível afirmar que, no que diz respeito à mediação pedagógica desenvolvida em rede, os professores/cursistas declararam satisfação com o trabalho desenvolvido pela equipe de profissionais que atuaram durante o curso.

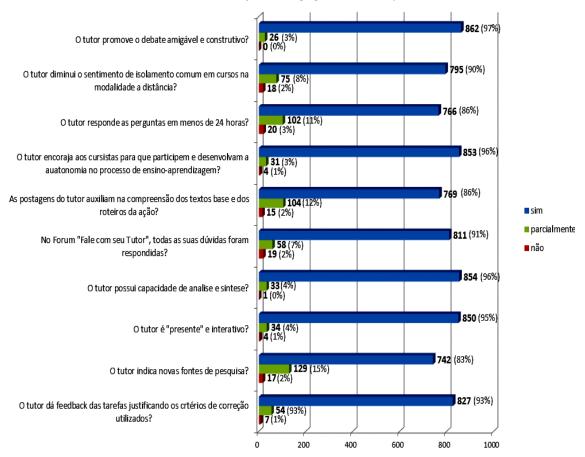


Gráfico 3: Mediação Pedagógica- (888 respondentes).

D. O material didático

Para avaliar o nível de satisfação do professor/cursista com o material didático a coordenação da Disciplina de Matemática optou por selecionar apenas 6 indicadores do instrumento disponibilizado. Os indicadores do instrumento original, que foi elaborado na primeira etapa do estudo piloto, foram concebidos a partir dos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância propostos pelo MEC (2007).

A maioria dos professores/cursistas considerou a clareza dos objetivos das atividades apresentadas nos roteiros de ação, assim como da linguagem utilizada e dos objetivos apresentados, em cada bloco temático, como ótimos e bons, conforme ilustrado no Gráfico 4. Com relação à integração do material didático com a midiateca, a avaliação dos cursistas também se manteve entre boa e ótima. O design do material foi considerado ótimo para 60% dos professores/cursistas e bom para 35%.

O material didático também se revelou entre ótimo e bom no que concerne às estratégias pedagógicas criativas apresentadas nos textos e roteiros. Da mesma forma,

para 93% dos professores/cursistas a indicação de referências bibliográficas complementares foi considerada entre boa e ótima. Em função dos dados coletados, é possível afirmar que o material didático elaborado para o curso de Matemática atendeu plenamente às expectativas dos professores/cursistas, tendo sido considerado entre bom e ótimo em todos os indicadores selecionados para avaliação.

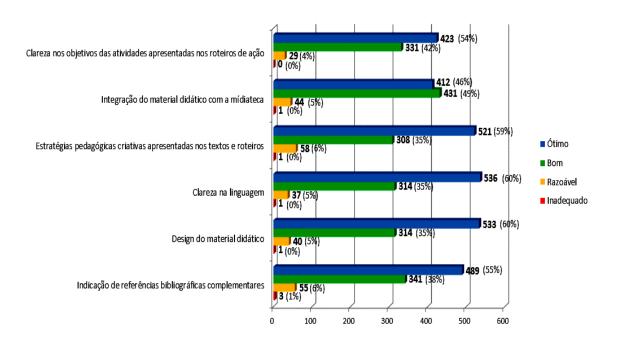


Gráfico 4: Material didático-(888 respondentes).

E. O ambiente virtual de aprendizagem

Para a categoria ambiente virtual de aprendizagem, foram elaborados três indicadores que pretendiam levantar a opinião dos professores/cursistas sobre a utilização do AVA no processo de ensino-aprendizagem. Com relação à eficiência da navegação, mais de 96% o consideraram entre plenamente e parcialmente eficiente. No que diz respeito à objetividade, apenas 1% dos cursistas declararam que as informações não são claras; portanto, a maioria dos professores/cursistas o considera objetivo. Também no que diz respeito aos aspectos visuais, apenas 1% dos professores/cursistas declarou que o AVA não os agradou, entretanto, a maioria dos professores/cursistas afirmou que o AVA os agradou visualmente. Assim sendo, é possível afirmar que o AVA atendeu plenamente aos anseios dos professores/cursistas no que concerne aos três indicadores avaliados.

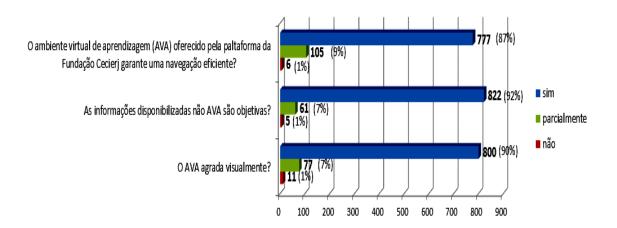


Gráfico 5: Ambiente Virtual de Aprendizagem (888 respondentes).

A Coordenação de Matemática optou por não utilizar as Categorias de Interatividade e Avaliação da Aprendizagem neste estudo piloto. Por esta razão, estas categorias não foram analisadas no Curso de Matemática.

4. Considerações finais

Os resultados apurados, analisados e interpretados na seção anterior mostram que os instrumentos permitiram a elaboração de articulações entre os dados das avaliações e as diretrizes legais para avaliação de cursos em rede vigentes no país, mesmo não havendo ainda legislação específica para os programas de formação continuada. Essas articulações levaram ao desvelamento de significados explícitos e implícitos nos documentos oficiais e técnicos analisados e permitiram responder às questões avaliativas que nortearam todo o processo deste estudo.

O primeiro questionamento buscou a opinião dos professores/cursistas sobre os objetivos propostos pelo curso. Os resultados apontaram que, de forma geral, os objetivos foram alcançados. O mesmo foi verificado com relação ao acompanhamento pedagógico desenvolvido pelos professores/mediadores durante o curso. Os professores responderam positivamente a praticamente todos os indicadores selecionados para a categoria mediação pedagógica (tutoria), ação considerada o cerne da garantia da efetividade de cursos em rede.

Foi verificado, através da análise dos dados, que o material didático foi considerado entre bom e ótimo pela maioria dos cursistas em todos os 15 indicadores elaborados para a avaliação desta categoria.

Com relação à categoria avaliação da aprendizagem, os cursistas de Língua Portuguesa afirmaram que ficaram satisfeitos com praticamente todos os indicadores organizados para a categoria. Apenas o indicador relativo às atividades de reposição foi apontado como uma fragilidade para 72 cursistas, embora 10% dos usuários não seja um número representativo, vale a pena ser levado em consideração para as próximas turmas, ou seja, é necessário que se olhe com atenção para as atividades de reposição propostas pelos cursos.

Finalmente, podemos concluir que o curso teve seu nível de qualidade afirmado pela maioria dos professores/cursistas. Contudo, existem pontos a serem aprimorados ainda que tenham sido sinalizados por uma minoria. A avaliação apontou que existem algumas fragilidades nos campos metodológico e técnico a serem superadas, com a finalidade de garantir a atual qualidade, já reconhecida, e o sucesso dos cursos de formação continuada oferecidos pela Fundação CECIERJ.

Um dos grandes desafios da educação passa tanto pela graduação quanto pela formação continuada do professor, indicando que a educação de qualidade deve ser garantida por docentes competentes, preparados e comprometidos com o processo ensino-aprendizagem. A importância do curso de formação continuada se evidencia, nesta avaliação, mediante o alto índice de reprovação dos professores/cursistas nas duas disciplinas. Este fato deve ser levado em consideração pelas Coordenações.

A avaliação formativa e suas múltiplas variantes — emancipatória, dialógica, mediadora, diagnóstica, integradora, democrática, cidadã — caracterizam-se por um processo de descrição e análise crítica de certa realidade com vistas à sua transformação. Sob esse ângulo, está voltada para programas de avaliação educacionais ou sociais (SAUL, 2001). O compromisso principal dessa avaliação libertadora é fazer com que as pessoas, direta ou indiretamente, envolvidas em uma ação educacional

escrevam a sua própria história e gerem suas próprias alternativas de ação na perspectiva do crescimento social do conhecimento.

Neste sentido, emancipar é buscar diferentes conceitos, apresentar e aceitar sugestões. Como afirma Hargreaves (2002) os critérios de avaliação devem ser transparentes e mover-se em muitas direções. Bratifische (2003) complementa essa ideia ressaltando que, dentro dessa perspectiva humanista-reformista, o aprendiz aprimora seu senso crítico, elevando assim o seu nível de consciência sobre o processo ensino-aprendizagem. A avaliação tem como objetivo diagnosticar progressos e obstáculos, interferir, agir e redefinir os caminhos a serem percorridos. Por esta razão, entre outras, o modelo de avaliação proposto para os cursos oferecidos pela Diretoria de Extensão da Fundação CECIERJ teve início dando voz aos professores/cursistas, com a finalidade de ouvir suas opiniões sobre os cursos que frequentaram no referido programa na intenção de diagnosticar os possíveis problemas, interferir e corrigi-los para garantir tanto a qualidade dos cursos oferecidos quanto a comunicação reflexiva sobre a profissão do professor.

A equipe de avaliação pretende dar continuidade ao processo avaliativo, pois entende que o aperfeiçoamento do programa depende de um diálogo contínuo e abrangente. Então, novas etapas avaliativas serão propostas, articulando-as às novas etapas da institucionalização, atendendo às demandas docentes e discentes no programa de Extensão.

5. Recomendações

A Coordenação da equipe de Avaliação, a partir dos resultados apresentados neste estudo piloto, com o objetivo de aprimorar os cursos de formação continuada oferecidos pela Fundação CECIERJ e aprimorar o próprio processo de avaliação, recomenda que, com relação às ações avaliativas: a) os instrumentos sejam readequados a partir dos estudos realizados;b) seja criada a categoria perfil do professor/cursista para que saibamos quem é o professor que busca uma formação continuada em rede; c) as Coordenações de cada disciplina validem, previamente; e d)

o conteúdo dos instrumentos, disponibilizados por esta Coordenação, a serem utilizados na avaliação final de cada curso. Com relação aos cursos futuros, recomenda-se que: a) sejam levadas em consideração as reivindicações dos professores/cursistas com relação aos locais, onde foram realizados os encontros presenciais, no momento da indicação de novos polos para o módulo de acolhimento dos próximos cursos; b) seja observado, sob o ponto de vista pedagógico, pelas Coordenações das Disciplinas, o elevado índice de reprovação; e c) sejam corrigidos os problemas da plataforma, que dificultaram a navegação, apontados pelos professores/cursistas.

Referências

ARROYO, Miguel González. A formação, direito dos profissionais da educação escolar. In: Política de capacitação dos profissionais da educação. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto Federal nº. 5.622, de 20.12.2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 30 de abril de 2013.

BRATIFISCHE, S. A. Avaliação em Educação Física: um desafio. Revista de Educação Física.

UEM, Maringá, v. 14, n. 2, p. 21-31, 2º sem. 2003.

CRONBACH, J. L. Course improvement through evaluation. Teachers College Record, n. 64, p. 672-683, 1963.

CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil. São Paulo: Global, 2001.

CONARCFE. ENCONTRO NACIONAL DA ANFOPE, 7. Documento final. Niterói, 1994.

JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users. Thousand Oaks: Sage Publications, 2011 (3. edição).

HARGREAVES, A. Aprendendo a mudar: o ensino para além dos conteúdos e da padronização. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NÓVOA, António. Formação de professores e Profissão Docente. In: NÓVOA, António (ed.). Os professores e a sua formação. Lisboa: D. Quixote, 1992.

PENNA FIRME, Thereza. Avaliação: tendências e tendenciosidades. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 1. n. 2, janeiro/março de 1994.

STUFFLEBEAM, D. Alternativas em avaliação educacional: um guia de auto-ensino para educadores. In: BASTOS, L.R.; PAIXÃO, L.; MESSICK, R.G. (Org.). Avaliação educacional II: perspectivas, procedimentos e alternativas. Petrópolis: Vozes, 1981.

VIANNA, H.M. Avaliação educacional. São Paulo: IBRASA, 2000.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo: Edusp, 2004.

Recebido em: 22/03/2013

Aceito para publicação em: 25/04/2013